
A família e a parentalidade: uma história sobre patrimônio e seu impacto na falta de vínculo emocional nos dias atuais

The Family and the parentality: a story about patrimony and its impact in the absence of emotional connection

Nathalie Paes Lima

Daniele Lima Silva

Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEDUC-SE)

Aracaju-Sergipe

Resumo

O artigo apresenta a evolução da família e evidencia que a configuração atual é fruto de uma história com foco na manutenção da propriedade. Foi realizada pesquisa bibliográfica em acervos de reconhecimento nacional e internacional, utilizando livros, revistas e artigos como instrumentos. A partir dela é possível notar que o vínculo não esteve presente ao longo dos séculos. Os estudos da neurociência comprovam a relevância do apego familiar para o desenvolvimento infantil. A grande problemática é que o conhecimento sobre a influência da afetividade não é capaz de tornar os lares mais amorosos, pois a violência é transgeracional e continua repetida de geração em geração. Os pais não aprenderam com seus próprios cuidadores o relacionamento afetivo, por isso não têm habilidade para se envolver emocionalmente com seus filhos. Surge a necessidade da atuação de profissionais em programas parentais, direcionados a cuidadores para desenvolver relações afetivas e sem violência.

Palavras-chave: Família; Vínculo; Programas Parentais.

Abstract

The article presents the evolution of the family and shows that the current configuration is the result of a history focused on the maintenance of the property. Bibliographic research was carried out in collections of national and international recognition, using books, magazines and articles as instruments. From it, it is possible to notice that the bond was not present over the centuries. Neuroscience studies prove the relevance of family attachment for child development. The big problem is that knowledge about the influence of affectivity is not capable of making homes more loving, as violence is transgenerational and continues to be repeated from generation to generation. Parents have not learned affective relationships from their own caregivers, so they do not have the ability to be emotionally involved with their children. There is a need for professionals to work in parenting programs, aimed at caregivers to develop affective and non-violent relationships.

Keywords: Family; Attachment; Parenting Programs.

Introdução

Este artigo apresenta um dos maiores desafios dos pais do mundo pós-moderno: a criação de seus filhos com base no respeito, na afetividade e na empatia. Uma relação que, teoricamente, poderia ser natural, precisa que profissionais da parentalidade como pedagogos, psicólogos e educadores parentais façam intervenções com o objetivo de superar os desafios de convivência e estabelecer um relacionamento próximo e harmonioso.

Aqui estudaremos a linha do tempo que se inicia no período da Selvageria, seguindo pelo período da Barbárie, o início da Civilização, a importância do Império Romano na família brasileira, a Idade Média, a Idade Moderna e Idade Contemporânea. Seremos capazes de perceber que a formação da família tal como conhecemos hoje, foi baseada na construção de riquezas e preservação do patrimônio, entenderemos também que os casamentos não foram constituídos com base no amor e no relacionamento, mas na união de heranças. Além disso, perceberemos que as crianças eram vistas como adultos em miniatura e suas demandas afetivas não tinham nenhuma importância.

Levaremos em consideração os atuais estudos das Neurociências, o conceito de violência transgeracional e como esse processo histórico exerce influência na dificuldade de estabelecer laços afetivos e intimidade emocional com os filhos.

A sociedade atual se depara com famílias cada vez mais desconectadas, enfrentando uma imensa dificuldade de se auto organizar de uma forma saudável, o que ocasiona o adoecimento mental, emocional e até físico de um ou mais membros do sistema familiar. Para entender o motivo desse adoecimento tão preocupante precisamos adentrar na própria história da família e compreender as inúmeras interferências no seu estado natural. Para isso estaremos atentos às contribuições de Philippe Ariés, Friedrich Engels, Fustel Coulanges, bem como aos estudos atuais de Daniel Siegel e Laura Gutman, entre outras fontes.

A dificuldade de intimidade emocional entre cônjuges e entre pais e filhos nas famílias fica evidente em cada atendimento realizado com mães e pais que procuram orientação profissional. Os pais desconhecem os pensamentos, os sonhos, os desejos, os gostos e os medos de seus filhos. Os filhos também desconhecem o mundo emocional de seus pais e convivem apenas com os personagens criados para atender as expectativas da sociedade. Não encontram assuntos em comum e terminam os seus dias, cada membro da família em uma tela diferente, sem conversa, sem contato, sem conexão.

Nos dias atuais, a sociedade habituou-se a dizer que esse fenômeno é causado pela internet e pelas redes sociais. É fato que o advento da internet contribui para a fragilidade dos relacionamentos, porém é importante ressaltar que esse modelo de relação familiar tem raízes históricas muito mais profundas.

A família tradicional não começou como conhecemos hoje. Ela se construiu como uma instituição cultural e social e por isso é um elemento ativo que se modifica geográfica e historicamente.

A ótica do presente trabalho em relação aos desafios enfrentados na criação dos filhos, mostra que a estrutura familiar se modifica com o passar do tempo e de acordo com o contexto social. Biologicamente somos capazes de nos reestruturar, no entanto, as interferências humanas nas formas naturais de conviver em família trouxeram inúmeras feridas que até hoje não cicatrizaram, especialmente em crianças, mulheres e classes sociais menos favorecidas. Tais feridas interferem diretamente na forma como pais e filhos se relacionam e na próxima geração que está sendo formada a partir desse modelo de relacionamento.

Nesse contexto identificamos os programas de parentalidade como uma possível via de construção de uma nova realidade. O termo parentalidade ainda é pouco conhecido, mas vem ganhando força, especialmente para pontuar o conjunto de ações que objetivam assegurar o cuidado e o desenvolvimento da criança. Programas focados na formação de pais e responsáveis precisam ter como premissa que a parentalidade é uma habilidade que se aprende e pode ser fortalecida. Ninguém nasce sabendo. Ao mesmo tempo, devem reforçar que as famílias possuem recursos para cuidar de seus filhos, dentro de suas realidades. Quando os pais ou responsáveis são empoderados para mobilizar tais recursos, e entendem o seu papel no desenvolvimento infantil, tendem a participar ativamente das iniciativas, e os resultados aparecem. Trabalhar a autoconfiança dos adultos, os vínculos afetivos como aliados desse cuidar são pontos-chave de qualquer ação nesse sentido.

Percurso Metodológico

O estudo propôs uma ampla pesquisa bibliográfica com base em uma literatura pertinente que contemplasse a abrangência da análise. Foram consultados acervos bibliográficos de reconhecimento nacional e internacional, utilizando livros, revistas e artigos como instrumentos da coleta de dados, os quais auxiliaram em todas as etapas da pesquisa.

A família e a parentalidade: uma história sobre patrimônio e seu impacto na falta de vínculo emocional nos dias atuais

O documento utiliza as abordagens qualitativa e quantitativa, de acordo com Marconi e Lakatos (2003) que sugerem na pesquisa qualitativa os estudos de caso, pesquisa etnográfica, análise de conteúdo e pesquisa fenomenológica e na pesquisa quantitativa o ensaio clínico, estudo de corte, estudo de caso-controle e o levantamento.

Nosso objetivo era conhecer os estudos sobre a temática abordada no cenário nacional e internacional, visando obter subsídios para a interpretação dos dados no âmbito global e local.

Ato contínuo iniciou-se a redação do artigo, momento de reflexão e aprofundamento do tema estudado.

O artigo foi auxiliado com o diálogo de renomados autores e seus achados teóricos, tais como Philippe Ariés, Friedrich Engels, Fustel Coulanges, bem como aos estudos atuais de Daniel Siegel e Laura Gutman e para tal utilizamos da análise descritiva e explicativa dos fenômenos.

A complexidade das relações familiares demanda a utilização de uma metodologia de pesquisa que contemple suas características pluridimensionais. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica foi capaz de nos mostrar o caminho percorrido pela sociedade até a formação do modelo familiar pós-moderno.

Período da Selvageria, da Barbárie e início da Civilização

No período da selvageria, para que os homens sobrevivessem em meio às grandes feras selvagens, eles precisavam se esconder nos bosques e viviam parcialmente nas árvores. No que se refere à família, os grupos conjugais eram classificados por gerações e as relações de matrimônio eram realizadas entre os grupos (PEREIRA, 2003). Homens e mulheres se relacionavam com várias pessoas ao mesmo tempo, por isso o reconhecimento familiar se dava apenas por filiação materna, visto que não era possível identificar o pai biológico. Com a adaptação progressiva, chega-se ao período da barbárie. Em virtude de condições naturais diferentes, a população de cada hemisfério se desenvolveu de maneira particular.

Friedrich Engels descreve algumas características importantes desse período:

Viviam em casas de tijolos secados ao sol ou pedra, casas em forma de fortalezas, cultivavam em terrenos irrigados artificialmente o milho e outras plantas comestíveis, diferentes de acordo com o lugar e clima e que eram sua principal fonte

de alimentação. Haviam chegado até a domesticar alguns animais: os mexicanos, o peru e outras aves; e os peruanos, a lhama. Além disso, sabiam trabalhar os metais, exceto o ferro, razão pela qual não conseguiam ainda prescindir das armas e instrumentos de pedra. (ENGELS, [s.d.], p. 31)

A sociedade tornou-se mais complexa e mais numerosa. Ficou difícil a locomoção, a conquista de terras e o controle da natalidade. Uma tribo se dividia em outras e não havia mais um grupamento capaz de dirimir os conflitos e por isso as disputas por terras eram resolvidas através das guerras. A divisão do trabalho se dava de modo espontâneo, o homem ia a guerra, caçava e pescava; a mulher cuidava da casa, preparava os alimentos e confeccionava roupas. Com o desenvolvimento da produção, o homem tornou-se capaz de produzir o necessário para a sua manutenção e criou-se a propriedade.

Nesse momento histórico a relação conjugal passou a acontecer entre pares singularizados. A mulher ainda era a detentora da filiação materna, porém os bens e as riquezas adquiridos eram do homem e não podiam ser repassados para os filhos, justamente pela incerteza da paternidade. Foi esse impasse sobre quem herdaria os bens do homem que culminou na abolição da filiação materna e início da família patriarcal.

Nesse sentido Friedrich Engels afirmou que:

Em todas as formas de famílias por grupos, não se pode saber com certeza quem é o pai de uma criança, mas sabe-se quem é a mãe. Muito embora ela chame seus filhos a todos da família comum e tenha para com eles deveres maternais, a verdade é que sabe distinguir seus próprios filhos dos demais. É claro, portanto, que, em toda a parte onde subsiste o casamento por grupos, a descendência só pode ser estabelecida do lado materno e, portanto, reconhece-se apenas a linhagem feminina. De fato, é isso que ocorre com todos os povos que se encontram no estado selvagem e no estado inferior da barbárie. (ENGELS, [s.d.], p. 33).

Antes a mulher era o centro, agora, o homem passa a desempenhar papel fundamental na família sendo conferido o pátrio poder, ou seja, poder de vida e de morte sobre toda sua família.

A família patriarcal passou a ser hierarquizada, o homem era a figura predominante e esse poder lhe era dado apenas pelos laços biológicos. Seu único objetivo era alcançar o poder econômico, político e religioso e principalmente manter o status social.

Nesse contexto é possível perceber que os casamentos eram uma forma de manutenção ou ascensão social e que ter filhos fazia parte das obrigações desta empresa chamada família, sendo assim a afetividade não foi pilar na construção familiar e na criação

A família e a parentalidade: uma história sobre patrimônio e seu impacto na falta de vínculo emocional nos dias atuais

dos filhos. Na verdade, não existiam manifestações de amor, afeto ou vínculo. As relações eram formais, distantes, solenes e se davam apenas pela necessidade da convivência diária.

A importância do Império Romano - 27 a.C. a 476 d.C.

A família brasileira tem suas bases pautadas no Direito Romano, totalmente patriarcal e hierarquizado. A família era vista pelos romanos como base da sua organização social. O homem era o detentor da mãe, dos filhos, da casa, dos escravos e dos animais. Ela era considerada um corpo organizado, uma pequena sociedade, mas sua base não estava nas gerações nem no afeto, mas na religião. O pai era o sacerdote do lar e não reconhecia nenhuma autoridade superior, pois ele considerava-se o chefe supremo.

Coulanges (1998, p. 61) menciona que o pai era sinônimo de autoridade, homem forte protegendo os seus, “o pai é, além disso, o sacerdote, o herdeiro do lar, o continuador dos avós, o tronco dos descendentes, o depositário dos ritos misteriosos do culto e das fórmulas secretas da oração. Toda a religião reside no pai”.

A paternidade natural não necessariamente tinha que ser respeitada no direito romano. Toda criança não reconhecida como seu filho, mesmo tendo nascido de sua esposa legítima, não tinha pai. O pai também podia, sempre que quisesse, legitimar como filho qualquer estranho, instituí-lo herdeiro, deserdar filhos legítimos, pois era o senhor da sua casa.

Não existia nenhum tipo de preocupação com as crianças, com a esposa, com as emoções, com laços de amor e companheirismo. Todas as decisões levavam em consideração apenas a perspectiva social.

Reforçando esse modelo pautado na falta de vínculo familiar, as crianças não eram educadas por seus pais, mas por uma ama. Existia também um escravo que exercia a função de pedagogo.

A Idade Média – século V ao XV

Em consonância com os períodos anteriormente abordados, na Idade Média o matrimônio era tido como um contrato a ser estabelecido entre o casal heterossexual. Não existia um laço afetivo dentro da família, os filhos em si não tinham importância afetiva para a família, não havia uma vida privada e íntima entre os membros. A essência da instituição era a conservação dos bens, transmissão do nome e a prática de um ofício.

Philippe Airés nos explica que:

Essa família antiga tinha por missão – sentida por todos – a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver, e ainda nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas. Ela não tinha função afetiva. [...] o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor. (AIRÈS, 1978, p. 10-11)

A criança era vista como um adulto em miniatura e, por isso, trabalhava nos mesmos locais, usava as mesmas roupas, era tratada da mesma forma que o adulto. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (ARIÈS, 1978, p. 14).

Sem o estabelecimento das diferenças entre adultos e criança, restava para ela o aprendizado das tarefas do dia a dia. Para tal, eram criadas por outras famílias, para que morassem, iniciassem suas vidas e, nesse novo ambiente, aprendessem um ofício. Dessa maneira, a passagem da criança pela própria família era muito breve e as comunicações sociais e as trocas afetivas eram realizadas fora do círculo familiar num composto de homens, mulheres, vizinhos, amos e criados, velhos e crianças.

Além disso, existe agora a igreja exercendo imensa influência sobre as famílias, onde a paternidade não decorre mais, como no direito romano, da vontade de um homem, mas da vontade de Deus, que criou Adão para gerar uma descendência. Sendo assim, a eventual infidelidade do marido não tem efeito na descendência, uma vez que os filhos bastardos não são considerados da família, não recebem reconhecimento, cuidados ou afeto. Já a infidelidade da mulher é inadmissível, não por motivos românticos ou emocionais, mas porque compromete a descendência dos esposos.

A Idade Moderna – século XV até XVIII

Até o século XVI a família perpetuava a soberania do pai e o feminino era considerado fonte de desordem, tinha que ser controlado pelas leis do casamento. A violência doméstica fazia parte da rotina e muitas mulheres que se rebelaram foram queimadas sob a acusação de bruxaria. Até o século XVIII as concepções de infância e adolescência não tinham relevância e não havia estudos e pesquisas direcionados para esse campo. As crianças continuavam sendo tratadas como mini adultos, diferente apenas no tamanho e na força.

A família e a parentalidade: uma história sobre patrimônio e seu impacto na falta de vínculo emocional nos dias atuais

Outro ponto relevante na história da parentalidade e que muito influenciou os dias atuais é o fato de que as famílias não cuidavam diretamente dos seus filhos, a prática era enviar seus filhos bebês para as amas de leite para serem cuidados e alimentados até os dois anos de idade. Outro costume era enviar as crianças entre sete e nove anos para viverem com outras famílias e aprenderem ofícios.

Sendo assim, fica evidente que, até o final do primeiro setênio, fase crucial do desenvolvimento humano, as crianças estavam afastadas dos adultos de referência afetiva e sem amparo emocional. Rudolf Steiner (2007) evidencia que durante os primeiros sete anos de vida que a criança absorve tudo o que lhe estiver ao alcance e vive de maneira ingênua em relação à distinção do que é bom ou ruim. Seus órgãos estão atentos aos estímulos e, através da repetição dos mesmos, reage no externo a partir da imitação. Mesmo ainda sem consciência, começa-se a ser moldada sua futura moralidade. O desenvolvimento do corpo físico depende do ambiente no qual a criança está inserida e os estímulos presentes são os responsáveis por influenciar seus órgãos internos e o seu psicológico. Isto significa que a sua saúde depende, em grande parte, do que lhe foi oferecido nesta fase. Não é de se estranhar, então que o índice de mortalidade infantil fosse altíssimo durante este período.

A Idade Contemporânea – séculos XVIII e XIX

No fim do século XVIII a Revolução Industrial exerceu influência na configuração familiar. A família tornou-se uma unidade de produção onde o marido, a esposa e os filhos exerciam o trabalho no campo e nas oficinas. Com a abertura das fábricas, os trabalhos manuais perderam a força, o que obrigou a família a sair de casa. A produção fabril passou a suplementar o espaço doméstico, ocorrendo a entrada da mulher e da criança no mercado de trabalho. Conseqüentemente, houve muita exploração do trabalho infantil, pois as crianças eram obrigadas a trabalhar num ambiente com falta de higiene, imoralidade, depravação e por um período de até 18 horas (ARRUDA, 1984).

No Brasil do século XIX, encontra-se uma sociedade apegada à concepção de “pequeno Estado”. O modelo familiar foi construído para atender aos interesses do Estado, uma vez que, fortalecendo a família, o Estado conseqüentemente estaria mais forte. Sérgio Resende de Barros assevera que:

Com o patriarcalismo principiou a asfixia do afeto. Os patriarcas deram início à prática dos casamentos por conveniência, que com o passar do tempo proliferaram ainda mais, quando se somaram aos motivos patrimoniais os motivos políticos. Nessa evolução histórica, do primitivo casamento afetivo, passou-se ao casamento

institucional, com o qual se buscou assegurar o patrimônio, dando origem à ideologia da família parental, patriarcal, senhorial, patrimonial. Esta se define pela existência de um pai e uma mãe com seus filhos sob o poder pátrio, fruindo de um patrimônio familiar, que deve ser mantido como base física e para segurança econômica da família. A família assim concebida e praticada acabou por revestir e mascarar interesses meramente patrimoniais, que muitas vezes deslocam, degeneram, sufocam ou até substituem as relações de afeto. (BARROS, 2002, p. 7).

No século XIX as crianças passaram a frequentar as escolas, não por uma questão de cuidado e entendimentos sobre a infância, mas porque a demanda por mão de obra nas fábricas era muito alta e os números de acidentes de trabalho com as crianças prejudicavam a produção. A escola seria então uma espécie de estágio para chegar ao trabalho fabril.

A Idade Contemporânea - século XX

Na primeira metade do século XX, o homem ainda se encontrava no papel de provedor e a esposa extremamente submissa a ele. Era papel da mãe cuidar e zelar pelo bem-estar do convívio social entre os membros da família, organizando, protegendo, administrando o orçamento doméstico. O código civil de 1916, por exemplo, ainda considerava a subordinação da mulher e filhos ao pai e diferença entre filhos nascidos dentro e fora do casamento. A Constituição de 1937 dispôs acerca da família, mas o modelo familiar continuou patriarcal.

Apenas a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 começou a desconstituir a ideologia patriarcal, edificada em uma família monogâmica, parental, centralizada na figura paterna e patrimonial, e trouxe em seu texto princípios importantes relacionados à família, como a dignidade da pessoa humana, bem como o valor jurídico dado à afetividade e à solidariedade familiar. Somado a isso, cuidou de capítulos específicos relacionados à família, à criança, ao adolescente, além da igualdade entre homens e mulheres em direitos e deveres.

O texto deixa claro que compete a ambos os cônjuges o exercício de guarda e cuidado em relação a seus filhos, ao passo em que o pátrio poder se refere etimologicamente à figura do pai. Portanto, os pais deixam de exercer “poder” sobre os filhos, para assumirem “um dever natural e legal de proteção da sua prole, acompanhando seus filhos durante o natural processo de amadurecimento e formação de sua personalidade” (MADALENO, 2017, p.689).
Vejam os:

A família e a parentalidade: uma história sobre patrimônio e seu impacto na falta de vínculo emocional nos dias atuais

A expressão pátrio poder induzia à noção de um poder do pai sobre os filhos, afigurando-se incoerente com a igualdade dos cônjuges, indo de encontro à doutrina da proteção integral dos filhos como sujeitos de direitos, daí evoluindo para a denominação de poder familiar, a traduzir uma noção de autoridade pessoal e patrimonial dos pais na condução dos prioritários interesses dos filhos, embora melhor exemplo advém do tratamento direcionado pelo Direito argentino de atribuir aos pais responsabilidade e não apenas poder, pois os filhos, diante dos novos conceitos constitucionais, são pessoas que participam ativamente neste processo de sua educação e, de acordo com cada etapa de sua evolução, passando pais e filhos a interagirem (MADALENO, 2017, p. 689).

Foram direitos resguardados pela Constituição de 1988: dignidade da pessoa humana, igualdade e respeito à diferença, solidariedade familiar, pluralismo das entidades familiares, proteção integral às crianças, adolescentes e idosos, proibição do retrocesso social e afetividade.

Recuperou-se, ainda que com uma força muito pequena, o processo natural da família diretamente ligado ao sentimento de cuidado com a infância.

A Idade Contemporânea e a Neurociência - século XXI

Neste século as mudanças ocorrem com muita ferocidade e velocidade. Antes, as gerações eram definidas a partir de acontecimentos históricos ou sociais importantes, hoje são delimitadas pelo uso de determinada tecnologia. A sociedade é plural, complexa e diferenciada. Agora para ser família não é preciso haver homem e mulher, pai e mãe, apenas as pessoas conjugando suas vidas intimamente, ligados por laços afetivos. Os valores familiares estão fundamentados na convivência e no afeto, os pais desempenham a importante tarefa de formar hábitos, atitudes e valores.

O que marca a família pós-moderna do século XXI é justamente a inexistência de um modelo parental dominante, a liberdade individual de ir e vir e de fazer escolhas e a enorme gama de informação na tecnologia.

Sergio Resende de Barros (2002) afirma que:

O afeto é que conjuga. Apesar da ideologia da família parental de origem patriarcal pensar o contrário, o fato é que não é requisito indispensável para haver família que haja homem e mulher, nem pai e mãe. Há famílias só de homens ou só de mulheres, como também sem pai ou mãe. Ideologicamente, a atual Constituição brasileira, mesmo superando o patriarcalismo, ainda exige o parentalismo: o biparentalismo ou o monoparentalismo. Porém, no mundo dos fatos, uma entidade familiar forma-se por um afeto tal – tão forte e estreito, tão nítido e persistente – que hoje independe do sexo e até das relações sexuais, ainda que na origem histórica não tenha sido assim. (BARROS, 2002, p. 10).

Nos dias atuais o avanço da Neurociência tem nos mostrado que no processo de desenvolvimento do ser humano, que começa antes do nascimento, o cérebro é influenciado por condições ambientais, incluindo o tipo de criação, o cuidado, o ambiente e a estimulação recebida. Os estudos e descobertas levam a novos conhecimentos sobre o desenvolvimento do cérebro humano e nos fazem acreditar que o cuidado e a criação têm muito a ver com a capacidade de aprender e com a habilidade de regular as emoções.

O cérebro infantil precisa de uma estimulação adequada para se apropriar da informação e formar novas conexões para o desenvolvimento de seu tecido. Na maioria das vezes, esse estímulo é realizado pelos pais, e o aprendizado é melhor quando vem acompanhado de um vínculo afetivo. Segundo Siegel e Bryson (2015) a formação das crianças depende das informações que eles recebem diariamente do ambiente que as cercam. Isso significa que as crianças crescem e se desenvolvem por espelhamento, aprendendo com o que observam do comportamento de seus cuidadores principais. Os estudos neurocientíficos evidenciam que a interação dos pais com seus filhos estimula o desenvolvimento cerebral, o crescimento e a aprendizagem.

A afetividade é criada quando os adultos são fontes de segurança e acolhimento para as crianças. Por essa razão, é imprescindível que a família tenha sensibilidade de reconhecer a criança como um ser ativo em suas interações e saiba balancear a imposição de limites adequados com o reconhecimento das realizações do pequeno. Assim, na primeira infância, podem ser desenvolvidas a capacidade de empatia por meio do afeto, a segurança e o vínculo.

Gutman (2021, p. 46) diz que “depois de séculos de patriarcado, ou seja, de uma civilização baseada na dominação do forte sobre o fraco – cujas consequências são devastadoras – precisamos escolher a alternativa amorosa”.

A ligação é ainda mais forte quando se trata da interação entre mãe e criança. O vínculo entre os dois começa ainda na gestação e se estende para as primeiras conquistas do bebê tanto no desenvolvimento motor quanto psíquico. A capacidade da mãe de lidar com as próprias emoções e as do filho, desde o início, é influenciada pelas experiências vividas durante a gravidez e tem consequências nos desenvolvimentos psíquico e socioemocional ao longo da vida.

Caso a família não esteja disponível para atender às necessidades da criança, o cérebro infantil pode criar vínculos frágeis, com potencial para desencadear problemas emocionais,

A família e a parentalidade: uma história sobre patrimônio e seu impacto na falta de vínculo emocional nos dias atuais

comportamentais ou cognitivos futuros. Maus-tratos e outros problemas na infância, como episódios de estresse, separações, doença e violência, podem provocar um aumento de distúrbios posteriores, físicos e psíquicos, como dificuldades escolares e ajustamento social e emocional, mesmo quando adultos.

Violência Transgeracional e a Dificuldade de Estabelecer os Laços Afetivos

Através dos séculos até agora apresentados fica fácil perceber que conceitos impostos pelo modelo de família patriarcal para o casamento, o trabalho, a sexualidade e o amor transformaram-se ao longo dos anos, porém a forma tradicional de educar filhos através de violência física e psicológica pouco mudou.

Gutman (2021) destaca que:

As crianças foram obrigadas durante a infância a reprimir qualquer vestígio de desejo, contato, prazer e bem-estar, aceitando as imposições dos adultos que cuidaram delas com autoritarismo e frieza. Como consequência, se transformaram em adultos susceptíveis ao domínio, à manipulação e a exploração; ou vieram a se identificar com a força brutal para infligir dor aos outros. (GUTMAN, 2021, p. 47).

A família, nesta época de tantas modificações, muitas vezes vê-se confusa em suas próprias transformações. O ser humano, ao nascer em um sistema familiar, recebe todas as influências culturais do momento em que vive, acrescidas das informações transmitidas através das gerações por seus ascendentes. Necessita, então, poder elaborar em si mesmo os novos comportamentos, ideias, sentimentos, valores, etc. integrando-os adequadamente aos recebidos transgeracionalmente. Falcke e Wagner (2005) sugerem que, embora haja evidências de que as experiências prévias na família de origem estejam presentes na vida das pessoas, poucos indivíduos estão conscientes de como essas vivências interferem em seu comportamento. A perpetuação de determinadas práticas ao longo de gerações frequentemente acontece de forma não consciente, e as pessoas se surpreendem quando percebem que estão agindo da mesma maneira que seus pais. Além disso, é preciso levar em consideração a dificuldade existente em dar aquilo que não recebeu, ensinar aquilo que não aprendeu.

A mulher pós-moderna luta hoje para superar as ideologias como maternidade, domesticidade, castidade, passividade e beleza, incutidas tanto pela sociedade, mas principalmente pela sua família de origem. O homem pós-moderno também tem suas batalhas. Se esforça para sair de padrões como competitividade exagerada, machismo como exercício de dominação, frieza na emoções, agressão e rigidez nos princípios morais. No meio

do fogo cruzado de lutas individuais de homens e mulheres para encontrarem a sua individualidade, estão os filhos.

Os adultos do século XXI são fruto de um modelo de educação do século XX, dados pelos seus pais. Receberam valores mais tradicionais que os seguem na vida adulta, mesmo que inconscientemente.

Sobre este aspecto, Gutman (2021) diz que:

Tendo sido criados em famílias nas quais as hierarquias rígidas e castigos dolorosos eram corriqueiros, aprendemos precocemente a reprimir a ira em relação aos nossos pais, direcionando essas raivas reprimidas contra aqueles que percebemos como fracos. Também nos acostumamos a negar esse sofrimento infantil, tomando como nossa a lente dos adultos que nos criaram e – uma vez transformados em adultos – submetendo os nossos filhos a essa atrocidade, perpetuando a mesma lógica cruel em uma cadeia transgeracional. (GUTMAN, 2021, p. 47).

Assim, romper com o ciclo de violência e fazer diferente do que aprendeu em sua infância pode exigir mais do que reconhecer a influência de modelos passados por seus responsáveis. O uso da força e da violência física faz parte de um contexto em que as relações são mais rígidas e menos afetuosas, em que a coerção é uma constante. A severidade em relação ao uso da força física e a frequência com que os pais foram submetidos a essa prática, provavelmente influenciam a sua forma de perceber a punição física, contribuindo para o uso e aceitação dessa estratégia em sua família atual.

Laura Gutman (2013) afirma que:

O sucesso desse sistema que divide o mundo entre o que é correto – segundo certas regras – e o que é incorreto e precisa ser modificado depende da insensibilidade que nós, adultos, temos em relação às necessidades das criaturas pequenas. As crianças choram e os adultos não se abalam. Não tomamos conhecimento de suas necessidades. Claro, nós nos presenteamos com a hierarquia de sermos grandes, e, portanto, lhes infligimos esse sofrimento. Assumimos uma autoridade dominante, e simplesmente nos parece adequado reprimir as pulsões básicas. Estamos garantindo que no futuro, essas crianças, que hoje sofrem, esperem o momento indicado para assumir sua cota de poder e ferir outros mais fracos, em uma cadeia absurda e sem retorno. (GUTMAN, 2013, p.128).

Além disso, com a saída dos pais de casa para exercerem suas atividades profissionais, surgiram as creches como solução para o cuidado dos filhos pequenos. Este cuidado, em algumas situações, também passou a ser realizado pelas pessoas de mais idade da família, geralmente os avós, que, sem o poder anterior exercido, passam a ter a tarefa de cuidar dos netos enquanto seus pais não estão presentes. A educação das crianças passa, então, a ser exercida não somente pelos pais, o que pode ser fonte de mais conflitos.

A família e a parentalidade: uma história sobre patrimônio e seu impacto na falta de vínculo emocional nos dias atuais

A família, com uma estrutura menor, recebe interferências externas, positivas ou negativas, com as quais está constantemente interagindo. A invasão de elementos ou objetos resultantes do avanço tecnológico, que fazem parte do cotidiano das famílias é intensa. Computadores, laptops, Internet, e-mail, telefones celulares, e tantos outros, contribuem para desafiar e modificar o relacionamento e a comunicação familiares. As pessoas têm que reformular seus significados e valores, o tempo despendido no convívio familiar, fazer novas escolhas de lazer, rituais diários, interação entre pais e filhos e, inclusive, reformular sua privacidade e intimidade.

Todo esse contexto histórico e a evolução tecnológica no mundo atual, dificulta o estabelecimento de relações afetivas entre pais e filhos e especialmente a capacidade de viver uma intimidade emocional com seus filhos.

É a intimidade emocional que nos permite conhecer nossos filhos profundamente, nos sentirmos à vontade com eles, seguros de nossas decisões. Intimidade é sentir-se em casa, conhecendo o território da convivência, onde o relacionamento flui, onde se estabelece um respeito afetuoso. Nela há uma sensação de bem-estar, de fluxo, plenitude e encontro, que permitem saber a hora certa de intervir, ter discernimento no educar, dar limites quando necessário, com o respeito e a autoridade necessárias. Saber quando dar mais liberdade, e quando restringir, quando falar e quando calar, a hora de ensinar e a hora de aprender com eles.

Se ficamos presos nos modelos de educação e relacionamento familiar dos séculos passados, perdemos a riqueza de nos relacionarmos intimamente com nossos filhos, praticamos violências invisíveis e influenciaremos negativamente o seu futuro. Os traumas da infância afetam o desenvolvimento de nossos cérebros, influenciando em nosso senso de amor-próprio, autoestima, segurança, confiança; e quanto mais cedo forem vivenciados, mais profundas serão as feridas e o impacto em nossa personalidade.

Sobre este assunto Gutman (2013) alerta que:

Sem importar que área da vida cotidiana vamos abordar, é simples registrar o nível de automatismo de pensamento que conservamos. Todos pensamos o mesmo em relação à educação, à criação dos filhos, à alimentação, à cultura, às escolas, ao valor que creditamos à ascensão social ligada, obviamente ao incremento patrimonial. Todos pensamos mais ou menos o mesmo em relação ao amor romântico, à infidelidade sexual, ao ciúme entre irmãos, à ideia de justiça, ao que é pecaminoso ou ilegal, à divisão entre bem e mal. (GUTMAN, 2013, p. 131).

As crianças que são criadas em ambientes violentos e tóxicos não possuem a mesma composição cerebral daquelas que crescem em famílias saudáveis e amorosas. Aqueles que experimentaram traumas na infância vivem com a necessidade constante de criarem uma vida segura para si mesmos, e estabelecer relações baseadas na confiança. No entanto, apesar da necessidade de sobrevivência, elas podem se desconectar totalmente das pessoas em sua vida e muitas vezes até de si mesmas, em uma tentativa de se protegerem e se manterem sãs, durante todas as suas vidas.

Laura Gutman (2013) exemplifica esta situação quando diz que se não podemos comer quando temos fome, se não podemos nos negar a comer quando simplesmente o apetite não vem, se não podemos nos amparar nos braços de nossa mãe quando necessitamos dela, se nosso pulso interno não se mostra e nos vemos obrigados a nos acomodar a regras externas, então qualquer ordem, qualquer caminho, qualquer decisão será imposta facilmente, porque não temos registro do próprio ritmo. As pautas externas funcionam em nosso mundo porque não permitimos à criança recém-nascida nem à criança um pouco maior respeitar seus impulsos básicos, até que elas se esquecem deles por completo. E a partir daí estamos perdidos.

Considerações finais

Considerando as mudanças ocorridas na organização social e na estrutura e funcionamento das famílias através dos tempos, bem como o papel crucial que a instituição familiar continua a exercer no processo de desenvolvimento dos indivíduos, os estudos mostram que a emergência de novas composições familiares, associada à forma como os pais foram educados e à influência de novos padrões de relacionamento interpessoal que vigoram na atualidade, tende a desencadear dificuldades na educação dos filhos; a preocupação com o desenvolvimento de crianças e adolescentes, com o modo como educá-los e orientá-los e as maneiras de conduzi-los com segurança rumo a uma adultez saudável nunca esteve tão presente nas discussões, científicas ou não, como nos dias de hoje.

Assim, pode-se dizer que, apesar das transformações significativas vivenciadas pela família nas últimas décadas do século XX e início do XXI, a humanidade continua depositando na instituição familiar a base de sua segurança e bem-estar, o que por si só é um indicador da valorização da família no contexto do desenvolvimento humano, apesar de toda a transformação pelas quais tem passado essa instituição.

A família e a parentalidade: uma história sobre patrimônio e seu impacto na falta de vínculo emocional nos dias atuais

Aparentemente pensou-se que a libertação do modelo rígido familiar restauraria a harmonia natural do sistema familiar e fortaleceria os laços afetivos. Ocorre que esse adulto de hoje não aprendeu a buscar a informação, pensar ou ter senso crítico e sim, a obedecer. Na falta de alguém que lhes diga o que fazer e como fazer, se percebem destituídos de um referencial para seguir, o que leva aos extremos, como exageros da autoridade do tipo tradicional ou à permissividade que tem prejudicado as crianças, que por vezes, estão sendo criadas sem o equilíbrio, o vínculo, a afetividade e a colaboração necessários para uma vida saudável em família. Além disso, as mulheres não foram abraçadas nem embaladas por suas mães, porque estas não foram abraçadas por suas próprias mães e assim a sociedade é fruto de mulheres que por gerações e gerações perderam todo o vestígio de brandura feminina.

A estrutura base da família que são os pais está em reconstrução, no entanto a vida não se interrompe para que eles possam resolver seus conflitos internos, provenientes das próprias infâncias de violência e abandono emocional e também não espera que a sociedade reavalie suas práticas, não é possível pausar a vida até que todos sejam capazes de aprender a educar de uma forma madura, saudável e consciente. Laura Gutman (2021) nos alerta que a nossa própria mãe não pode satisfazer toda a necessidade que manifestamos quando crianças porque ela própria teve uma infância de abandono e solidão, então também usou mecanismos de sobrevivência quando era criança e nessa necessidade de sobreviver foi cortando os laços com seu próprio mundo interior, para não sofrer. O fato é que a sua avó materna viveu coisas piores; a bisavó, ainda piores; e assim é possível ver, em uma cadeia transgeracional de dominação, lutas, guerras, conquistas, feridas em todo lugar.

Atrás de cada sistema familiar existem várias pessoas convivendo, seres humanos que são influenciados pelos seus ascendentes e pela educação recebida ao longo dos anos, existe uma dinâmica parental que se alimenta de forma positiva ou negativa. O bem-estar das crianças e dos adolescentes está diretamente relacionado à possibilidade de manter o vínculo familiar seguro que só é constituído com a conscientização dos pais. É preciso ressaltar que, segundo Gutman (2021, p. 48) “sem um conhecimento coerente e verdadeiro da nossa própria realidade emocional, por termos sido feridos, não conseguiremos agir a favor do outro enquanto ainda estivermos inundados no medo e na desconfiança”.

Dessa maneira, os programas de parentalidade se fazem essenciais para mães e pais que vivenciaram violências durante a infância. Esses programas são direcionados a cuidadores

para que, a partir do conhecimento construído, possam desenvolver relações harmoniosas e sem violência com crianças. O objetivo é que após a intervenção do programa, mães, pais e filhos percebam melhorias nas práticas parentais. Esses programas, se bem estruturados, têm potencial para romper o ciclo transgeracional da violência dentro das famílias.

Com o avanço das pesquisas e dos estudos, já existe a capacidade de avaliar com clareza as necessidades do ser humano, o funcionamento do cérebro, do inconsciente e as características de uma boa relação. Não se nasce pai ou mãe, mas torna-se e esse tornar-se passa pelas contribuições sociais, pela história da família e o papel que a sociedade atribuiu a cada membro familiar ao longo de centenas de anos.

As famílias precisam fazer o esforço de sair do padrão dominante, se atualizar para dissolver equívocos passados e internalizados ao longo dos séculos, aprender novas práticas para assim configurar um espaço de convivência saudável e acolhedor, rompendo com as práticas provenientes do patriarcado que se baseia na submissão – da mulher em relação ao homem, da criança em relação ao adulto e de pobres em relação a ricos – abrindo espaço para laços de confiança e afeto entre pais e filhos. Laura Gutman (2021) nos ensina que se confiássemos na natureza instintiva de cada criança, recuperaríamos a noção de solidariedade, alegria e prosperidade, e sobretudo, recuperaríamos algo que perdemos há muitas gerações: a capacidade de amar.

É importante ressaltar que nenhuma criança nasce com comportamentos desafiadores, violenta ou má. Todas nascem com a perfeita habilidade de amar, mas também nascem imaturas e inacabadas e por isso dependentes de seus cuidadores. Se seus pais não são capazes de oferecer o amparo necessário, em vez de conservar o estado de amor, eles tendem a desenvolver mecanismos de sobrevivência e permanecer em alerta, perpetuando assim as relações de submissão características do patriarcado. Segundo Gutman (2021, p. 129) “cada criança não tocada por sua mãe é uma criança que servirá à roda da indiferença, à guerra e à submissão de uns pelos outros”.

Nesse sentido, a educação parental e os programas de parentalidade fazem parte da evolução da sociedade e da necessidade de lidar com aspectos estruturais da família, no que se refere a conceitos, formas de vinculação e de organização, para que os mesmos sejam capazes de se fortalecer, auto nutrir e contribuir afetivamente para com seus filhos e conseqüentemente para a formação de uma sociedade saudável.

A família e a parentalidade: uma história sobre patrimônio e seu impacto na falta de vínculo emocional nos dias atuais

Referências

- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de Família: uma abordagem psicanalítica**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado: Texto Integral**. Traduzido por Ciro Mioranza. 2. ed. rev. São Paulo: Escala, [S.d]. p. 31-7. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, v.2).
- COULANGES, Numa Denis Fustel de. **A cidade antiga**. Traduzido por Fernando de Aguiar. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Traduzido por Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1978.
- HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- STEINER, Rudolf. **A educação segundo a ciência espiritual**. 4. ed. São Paulo: Antroposofia, 2007.
- LANZ, Rudolf. **A pedagogia waldorf: caminho para um ensino mais humano**. São Paulo: Ed. Antroposofia, 2003.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Revolução industrial e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BARROS, Sérgio Resende de. **A ideologia do afeto**. Revista Brasileira de Direito de Família. Porto Alegre: Síntese e IBDFAM, v. 4, n. 14, p. 5-10, jul. /set. 2002.
- SIEGEL, Daniel e BRYSON Tina Payne. **O cérebro da criança: doze estratégias revolucionárias para nutrir a mente em desenvolvimento do seu filho e ajudar sua família a prosperar**. São Paulo: nVersos, 2015.
- MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 7. ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- FALCKE, D. e WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade. In A. Wagner (Ed.), **Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares** (p. 25-46). Porto Alegre, RS:EDPUCRS, 2005.
- GUTMAN, Laura. **O poder do discurso materno: Introdução à metodologia de construção da biografia humana**. São Paulo: Ágora, 2013.
- GUTMAN, Laura. **Uma civilização centrada na criança: Como uma criação amorosa pode revolucionar o mundo**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2021.

Sobre as autoras

Danielle Lima Silva

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão, Brasil. Professora pela Rede Estadual de Sergipe. E-mail: dls1984daniellelima@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2054-1472>

Nathalie Paes Lima

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional pela Faculdade Amadeus. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação Superior. E-mail: prof.nathalie.lima@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5694-9133>

Recebido em: 30/03/2022

Aceito para publicação em: 27/06/2022